



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PROCESSO Nº 1000056-94.2019.4.01.4200

APELAÇÃO CÍVEL (198)

APELANTE: JOSE NUNES DA ROCHA JUNIOR

APELADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

RELATOR(A): CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

**PODER JUDICIÁRIO****Tribunal Regional Federal da 1ª Região****Gab. 14 - DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO****Processo Judicial Eletrônico**

APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1000056-94.2019.4.01.4200

RELATÓRIO**O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (RELATOR):**

Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença que denegou segurança postulada por JOSÉ NUNES DA ROCHA JUNIOR para que fosse autorizada a sua transferência compulsória do Curso de Medicina da Universidade Nilton Lins, para a Universidade federal de Roraima, em razão da necessidade de permanecer junto a seus familiares.

Em suas razões, o apelante sustenta, em síntese, residir em Manaus, com uma das irmãs, e ter sido vítima de acidente vascular cerebral (AVC) em dezembro de 2018. Devido às sequelas da enfermidade precisa de cuidados especiais, razão pela qual alega ser imprescindível residir próximo a seus familiares (pai e irmã), em Boa Vista/RR.

Afirma ter requerido a transferência do curso de Medicina da Universidade Nilton Lins, instituição de natureza privada para a UFRR, entretanto, teve seu pedido indeferido sob a alegação de falta de amparo legal.

Invoca os direitos constitucionais à saúde e à educação (arts. 196 e 205 da CF) e requer a reforma da sentença.

Contrarrazões apresentadas.

O Ministério Público Federal, nesta instância, informou a inexistência, na espécie, de interesse público que justifique seu pronunciamento.

É o relatório.

VOTO - VENCEDOR



PODER JUDICIÁRIO
Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 14 - DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) n. 1000056-94.2019.4.01.4200

V O T O

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO (RELATOR):

A controvérsia instaurada nos presentes autos reside no direito à transferência de aluno de ensino superior, regularmente matriculado em instituição de ensino privada, no curso de Medicina, para Universidade de natureza pública, sem a submissão a novo processo seletivo, em razão de sequelas de enfermidade, cujo tratamento recomenda proximidade do núcleo familiar.

A sentença deve ser mantida.

O instituto da transferência é previsto no art.1º da Lei 9.536/97, que dispõe:

Art. 1º A transferência ex officio a que se refere o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art49p), será efetivada, entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se

requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

Observe-se que não se trata de matrícula compulsória decorrente de transferência *ex officio*, ou por interesse da administração, previstas no dispositivo citado. Cuida-se de pedido de transferência de aluno de instituição de ensino superior, para outra, não congênere, em unidade da federação diversa.

A razão do pedido são as sequelas de acidente vascular cerebral que recomendam a proximidade núcleo familiar para melhor assistência.

Embora comprovadas as enfermidades das quais o impetrante é portador, não se mostra cabível afastar as exigências da lei para viabilizar uma transferência entre faculdades não congêneres, sem submissão a processo seletivo regular, meio viabilizador da ampla concorrência e do princípio da isonomia.

Nesse sentido foram os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. TRANSFERÊNCIA ENTRE CAMPI DA MESMA UNIVERSIDADE. TRATAMENTO DE SAÚDE. HIPÓTESE NÃO CONTEMPLADA NA LEGISLAÇÃO. SITUAÇÃO DE FATO CONSOLIDADA. NÃO OCORRÊNCIA.1. A legislação que cuida da transferência obrigatória de estudante não contempla a hipótese de tratamento de saúde (Lei n. 9.536/1997, art. 1º).2. A concessão de transferência compulsória de estudantes, fora das hipóteses legalmente previstas, pode implicar verdadeiro caos, principalmente no que tange a cursos e instituições que se submetem a vestibulares mais concorridos.3. Inexistência de direito líquido e certo a amparar a pretensão do impetrante, no caso.4. Apelação e remessa oficial providas, para cassar a segurança, ressalvados os créditos já cursados. AMS 0002584-29.2010.4.01.3200 / AM, Rel. Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, Sexta Turma, e-DJF1 p.141 de 22/08/2011.

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. TRANSFERÊNCIA COMPULSÓRIA EM DECORRÊNCIA DE DOENÇA. OBESIDADE MÓRBIDA. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. DIREITO CONSTITUCIONAL À VIDA E À SAÚDE. NÃO-OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO, NA HIPÓTESE.1. À míngua de previsão legal, inexistente direito de estudante à transferência compulsória, em decorrência de necessidade de tratamento médico e acompanhamento familiar, salvo em casos excepcionais, que não se verificam, na espécie.2. A transferência facultativa de alunos regulares, entre instituições de ensino superior, está regulamentada pela Lei n. 9.394/1996 e pressupõe a existência de vagas.3. Não existe previsão legal para transferência de aluno, independentemente da existência de vagas, por problemas de saúde, ainda que congêneres os estabelecimentos de ensino.4. Sentença confirmada.5. Apelação desprovida” (AC 2004.40.00.004173-0/PI, 6ª Turma, Rel. Desemb. Fed. Daniel Paes Ribeiro, DJ de 9.10.2006).

A concessão de transferência compulsória de estudantes, fora das hipóteses previstas em lei, interfere na autonomia das instituições de ensino superior, no que tange à forma de ingresso.

Vale ressaltar que o presente caso envolve curso de notória concorrência (Medicina) e o fato de estar acometido de tais enfermidades e de necessitar de apoio familiar não são motivos suficientes para justificar a transferência do aluno.

Ante o exposto, nego provimento à apelação, nos termos da presente fundamentação.

É o voto.

DEMAIS VOTOS



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 14 - DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO
Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO CÍVEL (198) n.1000056-94.2019.4.01.4200

APELANTE: JOSE NUNES DA ROCHA JUNIOR

Advogado do(a) APELANTE: JORGE KENNEDY DA ROCHA RODRIGUES - RR1033-A

APELADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. TRANSFERÊNCIA ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. POR MOTIVO DE DOENÇA. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. SENTENÇA MANTIDA.

1. Discute-se nos presente autos o direito à transferência de aluno de ensino superior, regularmente matriculado em instituição de ensino privada, no curso de Medicina, para Universidade de natureza pública, sem a submissão a novo processo seletivo, em razão de sequelas de enfermidade, cujo tratamento recomenda proximidade do núcleo familiar.

2. Nos termos do art. 49 da Lei nº 9.536/1996, “as instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.”.

3. A concessão de transferência compulsória de estudantes, fora das hipóteses previstas em lei, interfere na autonomia das instituições de ensino superior, no que tange à forma de ingresso. Não havendo direito líquido e certo a ser garantido por ordem judicial.

4. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Desembargador Federal **CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO**

Relator

Assinado eletronicamente por: **CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO**

16/01/2020 13:08:47

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **34239541**



200116130847386000000

IMPRIMIR

GERAR PDF